CURRÍCULO TRADICIONAL e CURRÍCULO INOVADOR *

Eduardo R. C. de Barros **

*XIX Reunião e X Encontro Nacional de Dirigentes de Faculdades de Odontologia.

**Professor da Faculdade de Odontologia da UFRGS

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARROS, Eduardo R.C. Currículo tradicional e currículo inovador. *Revista da Faculdade de Odontologia*, Porto Alegre, 26: 37-41, 1984.

DESCRIPTORES

- Educação odontológica
- Currículo odontológico

CURRÍCULO TRADICIONAL E CURRÍCULO INOVADOR

Nas últimas duas décadas, marcadamente na última, vem se observando com apreensão que em quase todos os países, especialmente no do terceiro mundo e particularmente no Brasil, tem havido um agravamento, não só na morbidade como na extensão, dos problemas que afetam a saúde bucal da população.

Quase que literalmente, as bocas das pessoas se deterioram cada vez mais, a despeito do avanço tecnológico e dos níveis até inflacionários com que novos profissionais são formados anualmente.

A preocupação com este estado de coisas vem levando ao interesse, cada vez mais aprofundado em identificar suas causas, com vistas a alteração do quadro. Dentre elas, tem merecido um destaque especial a "situação sócio-econômica" nacional, bem como as "características do tipo de prática profissional" exercida.

No que se refere à situação sócio-econômica, a lembrança da afirmativa de que "nossa dívida social transcende em muito o endividamento externo do país" dá bem uma dimensão das dificuldades por que passa a população. Permite, ainda, que se entenda porque ela não consegue "dar-se ao luxo" do autocuidado e da busca de atenção, quando outras necessidades, mais prementes, mais vitais como a própria subsistência, o comer, o vestir, o morar. . . estão envolvidas. Os cirurgiões-dentistas, parcela que são dessa comunidade, sofrem similarmente: há falta de empregos ao mesmo tempo em que a demanda à clínica privada se restringe e os custos aumentam

vertiginosamente.

Quanto às características do tipo de prática profissional, já há algum tempo que três delas são reconhecidas como distorções de alta responsabilidade na determinação da baixa cobertura dada:

1º) a quase exclusividade das ações curativas, a despeito do muito que se fala e apregoa sobre prevenção, que raramente é praticada;

2º) a ainda crescente sofisticação das técnicas, materiais e equipamentos e

3º) o monopólio do profissional na execução das tarefas odontológicas.

A influência direta da péssima situação econômica, com todos os custos sociais que determina, sobre uma prática profissional que já apresentava estas significativas distorções, onde os aspectos negativos de uma reforçam a outra e vice-versa, é, como consequência, arrasadora.

Dentre os mecanismos corretores apontados para a mudança do quadro de saúde da população, é natural a saliência dada às mudanças necessárias no quadro econômico e social, obviamente o mais difícil obstáculo a ser vencido no âmbito nacional. A este respeito, nesta ocasião cabe a lembrança de sua influência permanente.

Com relação as mudanças que são necessárias desencadear na prática profissional, aponta-se, com freqüência:

— a necessidade de uma mentalidade e exercício de uma odontologia preventiva através de um profissional generalista;

— a adoção da simplificação e

— a desmonopolização através da utilização de recursos humanos auxiliares de funções expandidas.

No âmbito da Odontologia Nacional, mesmo sendo unânime a concordância com relação a estes aspectos, muito pouco têm-se visto transformar. Isto, tanto no que se refere aos serviços de

atendimento público, como a clínica privada, como a indústria, o comércio e as ações profissionais.

Com relação aos Serviços:

- os cirurgiões-dentistas continuam submetidos a regimes de trabalho que privilegiam a produtividade, com base no número de trabalhos executados por unidade de tempo — o que conota a ênfase da Odontologia curativa;

- os sistemas de compras continuam a considerar os "avanços tecnológicos" e não a simplicidade eficaz e

- embora criadas as profissões de ATENDENTE DE CONSULTÓRIO e TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL, desde 1975, até o momento praticamente não foram criados quadros desse pessoal na função pública — o que impede a sua utilização normal e desejável.

Quanto a clínica privada, dado o contexto sócio-econômico, naturalmente se restringe e elitiza. A indústria e o comércio inflacionam a inflação enquanto os encontros profissionais ainda visam às sofisticações técnicas e a especialização.

Nesse emaranhado de contradições, também tem sido freqüente a crítica ao setor de formação dos recursos humanos, às Faculdades e Cursos de Odontologia, os quais, *"pela má ou inadequada formação dada"*, seriam os primeiros responsáveis por tais desvios na prática.

Numa certa medida, talvez pelo reconhecimento da importância do setor, bem como de suas reais deficiências, até parece que acabamos por concordar, ao menos em parte, com tal suposto. Veja-se que, em maior ou menor grau, os cursos de Odontologia, com base em projetos, ajudas financeiras e até às próprias custas, vem buscando há bastante tempo:

- implementar o ensino da prevenção;
- racionalizar técnicas e recursos

diversos;

- formar pessoal auxiliar;
- desenvolver programas comunitários;

- traçar o perfil do profissional a ser formado. . . enfim, fazer aquilo que se convencionou chamar de "inovação" nos currículos de formação profissional.

Temos nos esforçado tenaz e obcecadamente:

- em estabelecer um modelo de currículo mínimo — com cargas horárias bem definidas, assim como o necessário rol de disciplinas ou matérias;

- em analisar a influência do anterior e projetar as possibilidades do novo currículo;

- em correr atrás das mais diversas agências financiadoras de projetos a fim de alocar recursos que nos permitam pôr em prática essas inovações todas. . .

- em executá-las, através de uma prática docente-assistencial simplificada, racionalizada, preventiva. . . onde o aluno pode aprender prestando serviço e beneficiando aquela mesma comunidade, com os mesmos problemas que o esperam após a formatura. E. . . no entanto, a prática profissional continua imutável. Nada tem mudado. . . e. . . não existem perspectivas muito entusiasmadoras de que isso ocorra em breve.

E. . . se isso é assim, se a atividade fim, a prática, não muda é preciso realmente considerar se nossa atividade, que é meio, está verdadeiramente no rumo certo ou se precisa de ajustes. Caso contrário, corremos também nós o risco de formarmos gerações de profissionais desajustados à prática que existe. — que está aí e que deverá ser por eles enfrentada, sendo ou não incorreta. Por outro lado a manutenção desse estado de coisas significará a falência total do sistema, dentro do qual estaremos irremediavelmente imersos e comprometidos.

Embora até possa parecer, não que-

ro fazer a apologia da não inovação curricular, do alheamento e da acomodação — este não é o objetivo. Mas é o objetivo, demonstrar que as alterações curriculares em si, as inovações, por mais profundas que sejam, não podem, sozinhas, alterar a prática — sem o que, de nada valem.

É fundamental que nos preocupemos com a “transferência” — transferência do conhecimento, das técnicas de trabalho — o repasse de todas as informações que já produzimos, para o setor prestador de serviços. É lá que as “inovações” devem ser praticadas, utilizadas em sua plenitude.

Não é a nós que cabe a prestação de serviços como tal o que até tem ocorrido. No afã de não só obtermos uma melhoria nos nossos limitados recursos financeiros institucionais, como também de levarmos à prática os resultados de nossos experimentos, temos freqüentemente firmado convênios de prestação de serviços com entidades assistenciais. Como consequência, em elevado número de situações, a prestação de serviço, rentável que passa a ser, tem se transformado na meta maior, desvirtuando os propósitos do ensino e deturpando as boas intenções elaboradas. É claro que podemos nos valer desse recurso para o ensino, mas, jamais, nos transformarmos nos próprios agentes da prestação de serviço, como já vem ocorrendo. É a dimensão que é diferente. Nosso campo é distinto — é o da adequada formação — é o de agente transformador pela constante alimentação e realimentação, pelo repasse do conhecimento aos reais exe-

cutores.

É por isso que entendo que nossa maior possibilidade de “inovação curricular” está, neste momento e nestas condições, fora do próprio currículo. É somente a partir da aplicação do muito que já se tem testado e comprovado que também nos teremos condições de buscar outras inovações. As atuais já se tornam repetitivas e, por falta de prática, bloqueiam o avanço e a percepção de outras. A aplicação prática e continuada, pelo setor prestador de serviços, de nossos estudos e pesquisas, é em consequência também o grande canal realimentador das futuras inovações no ensino.

Isso, em ocorrendo, nosso currículo mínimo, independentemente dos novos rótulos de velhos conteúdos, permanecerá com sua capacidade de permanente e real atualização, conotando a dinamicidade que precisa e deve ter. Quem sabe, possamos até deixar de nos preocuparmos tanto com ele, ao ponto de sermos capazes de enfrentar e debater os importantes e poucos trabalhados aspectos do currículo pleno, bem como enfrentarmos outros problemas cruciais do ensino superior como:

- os acentuados níveis de formação profissional, para um mercado de trabalho já saturado;

- o excessivo número de faculdades de odontologia, com a mais variada gama de deficiências; e. . . dentre tantas outras. . . fundamentalmente,

- os baixos índices de profissionalização docente — talvez, o mais sério e difícil de ser resolvido.